

ENTREGA DO PRÊMIO BANCO DO NORDESTE DE ECONOMIA REGIONAL

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS

Convidamos para a mesa o presidente do Banco do Nordeste, Byron Costa de Queiroz, e o Secretário Executivo da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, Otaviano Canuto.

Convidamos o gerente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE, Éverton Chaves Correia, para apresentar um quadro-resumo dos principais indicativos tirados nesses dois dias de trabalho. Passamos a palavra ao Sr. Éverton Correia.

ÉVERTON

Boa-noite. Com o sentimento de realização conjunta com todos aqui presentes e com os que a nós se juntam, por meio de videoconferência e internet, gostaríamos de retomar as recomendações do seminário do ano passado e apresentar as ações delas decorrentes, para, em seguida, resumir as principais conclusões e recomendações do Fórum deste ano, cujo tema central é “Crescimento com Inserção Social”.

Com relação ao Fórum do ano passado, uma das recomendações foi a adequação do perfil do profissional às necessidades do mercado de trabalho. Ações concretas do Banco do Nordeste com respeito a essa recomendação foram a oferta de mais de 600 mil oportunidades de capacitação para micro e pequenos empresários e o lançamento do programa Rádio Nordeste, programa semanal em frequência AM, para todos os municípios do Nordeste, difundindo inicialmente o tema Meio Ambiente e, em seguida, o tema Difusão de Tecnologias no Meio Rural, dentre outros temas a serem difundidos no programa.

Outra recomendação foi estimular a conexão entre as micro, pequenas e médias empresas. Com relação a essa recomendação, o Banco intensificou as ações dos Pólos de Desenvolvimento Integrado, fortalecendo a visão de futuro das comunidades, gerando agenda de compromissos entre os atores de cada pólo (nos pólos de agronegócios e nos pólos de turismo); e criou o Programa de Expansão de Mercado para Micro e Pequenas Empresas, com ênfase na inovação e internacionalização das mesmas.

Com respeito à recomendação de identificar oportunidades de investimento no Nordeste sob a visão de cadeia produtiva, as ações foram: estímulo a investimentos através do novo *site* do Banco do Nordeste, que permite visualizar oportunidade de negócios; participação do pessoal do Banco do Nordeste em feiras nacionais e internacionais, no sentido de divulgar as oportunidades de investimento na Região (um exemplo de feiras internacionais foi a feira de turismo de Londres, onde se divulgou o turismo da Região); e articulação fora do Nordeste para captação de cerca de 390 projetos, representando investimento no valor de R\$ 1,27 bilhão na Região.

Outra recomendação feita no Fórum do ano passado foi para o estímulo à formação de capital social no Nordeste. Nesse sentido, através do Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste, já foram cumpridos cerca de 23 mil compromissos dos 42 mil compromissos agendados durante as reuniões do Farol do Desenvolvimento, e concretizados já 2.000 casos de sucesso específicos, catalogados a partir dessas reuniões que ocorrem no âmbito do Farol.

Também resultou do Fórum do ano passado a recomendação de desenhar ações de combate à pobreza com melhoria no setor de infra-estrutura. Como ações concretas, foi realizada oficina no Farol do Desenvolvimento denominada “Mobilização para Inclusão Social”. identificando-se todos os programas governamentais e não-governamentais sobre o

exemplo, bombeamento de água e fornecimento de energia solar para comunidades carentes, cujo programa beneficiou mais de 230 famílias em lugares no semi-árido nordestino onde a rede de eletricidade não consegue chegar com facilidade, além de operações coletivas de melhoria em estradas vicinais.

Houve, ainda, recomendação de elaboração de políticas para manter ou segurar o capital humano qualificado na Região. As ações do Banco nesse sentido foram: apoio ao setor informal em médias e pequenas cidades do Nordeste; e criação do programa Jovem Empreendedor, apoiando o empresariamento de universitários e técnicos especializados em áreas específicas da atividade produtiva.

Outra recomendação do Fórum do ano passado foi quanto à importância de que sejam mantidos bancos oficiais, principalmente em regiões carentes, para contrabalançar as forças de mercado, que são naturalmente concentradoras. No caso, o Banco do Nordeste existe para a região nordestina. Como ações concretas, houve este ano um aporte de R\$ 2,1 bilhões, fortalecendo a atuação do Banco do Nordeste, ampliando o Índice de Basiléia para 20%. Isso significa que o Banco vai poder captar muito mais recursos no exterior para investimento na própria Região. O Banco aplicou, no ano passado, R\$ 2,6 bilhões na Região, sendo cerca de 78% (ou seja, quase 80% dos valores) destinados a micro, pequenas e médias empresas, e essas empresas representaram no ano passado cerca de 97% da quantidade de clientes financiados pelo Banco do Nordeste. Ou seja, o Banco tem destinado seu esforço, sua energia, para alavancar atividades das micro, pequenas e médias empresas na Região. Prova disso foi a redução do valor médio das operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, de R\$ 110 mil, em média, para cerca de R\$ 8 mil. Atualmente o Banco do Nordeste já conta com 1.243 mil clientes, todos agentes produtivos.

Com relação ao Fórum deste ano, na sessão especial “Regulação e Infra-estrutura”, foi feita uma retrospectiva do modelo regulatório nacional, o que apontou como fatores de criação de empresas estatais o desenvolvimentismo, a segurança nacional, a nacionalização de empresas estrangeiras, a verticalização dos investimentos das estatais e a estatização de empresas privadas falidas. Foi também apontado que o programa de privatização foi mais efetivo na década de 90; a acumulação de capital perde espaço para o aumento da produtividade e há o início de um esforço para a estabilização, em que a privatização contribuiu para a redução da dívida pública. A estrutura regulatória, contudo, é ainda incipiente, devendo ser aprimorada, atentando-se para as especificidades dos diferentes setores.

A sessão apontou como riscos da privatização: falta de preparo do poder judiciário nas questões relativas à regulação dos serviços públicos e necessidade de reestruturação do mercado de capitais, com relação a crédito público, para viabilizar crescimento das empresas.

Outra conclusão é que os desafios da regulação estão centrados em três questões básicas: como garantir a expansão sempre suficiente de oferta; como induzir a universalização e o repasse de ganhos de produtividade aos consumidores; e, por último, como maximizar ganhos de escala e, simultaneamente, estimular a própria concorrência benéfica à sociedade.

Por fim, foi mencionado que há uma grande carência de planejamento de longo prazo quanto a investimentos e regulação em saneamento básico, recursos hídricos e transporte.

No painel “Desafios da Infra-estrutura e seus Impactos na Economia do Nordeste”, as conclusões principais foram: a infra-estrutura de energia, transportes e água no Nordeste brasileiro se apresenta como elemento-chave para a promoção de uma estratégia de desenvolvimento; a conservação de energia é fundamental para o dinamismo da economia; a elevação nos preços da energia pode afetar a produção e ter um impacto de redução da oferta de empregos. Com relação à economia da região Nordeste, identificou-se que há pouca interação intra-regional e que um sistema de transporte multimodal eficiente é importante para o desenrolar desse processo. Grande parte dos setores nordestinos é ainda dependente de outras regiões do País (insumos, mão-de-obra qualificada, etc.), por isso a maior parte das interações existentes são inter-regionais.

Esse painel apontou, ainda, que seria necessária uma infra-estrutura de transportes no

dentro da própria região nordestina, e que problemas de logística contribuem para perda de eficiência do comércio regional e aumento de competitividade. Portanto, investir em melhor logística na Região é também importante para a competitividade sistêmica. Outras conclusões: políticas para a Região devem ser integradas (investimento em capital físico e também investimento em capital humano); e acesso a serviços de água e saneamento, energia e transporte para os locais de trabalho são prioridades para as populações, visto que existe uma correlação muito forte entre infra-estrutura e renda. Portanto, quanto mais se investe em infra-estrutura maior a probabilidade de geração de renda e com um aspecto redistributivo muito forte.

Na sessão especial Banco do Nordeste/Etene, sobre “Políticas de Combate à Desigualdades Pessoais e Funcionais de Renda no Nordeste do Brasil”, as conclusões foram: a concentração do patrimônio e da renda é uma constante na história brasileira desde a colonização, portanto é um processo que já vem percorrendo desde o século passado; o Brasil é um país rico, mas um país de muitos pobres, e foge completamente do padrão internacional de distribuição de renda; a economia fechada protege grupos oligopolistas, o que pode levar a uma maior concentração da renda; a privatização dos bancos públicos, se fosse implementada, direcionaria investimentos para o Centro-Sul, por proporcionar maior retorno financeiro que o Nordeste, pois a tendência dos bancos privados é optar por escolhas de investimento onde o retorno seja maior, e, logicamente, economias mais organizadas e mais avançadas têm um retorno e um risco melhores, portanto a tendência normal seria que os bancos privados carregem recursos para essas regiões mais desenvolvidas, em detrimento de regiões como o Nordeste do Brasil. Foi apontado também que uma economia de mercado tem sempre o viés concentrador, daí o papel do Estado deve ser de contrabalançar, atuando na regulação e participação em alguns setores-chave da economia.

Outras conclusões dessa sessão especial: a indústria e a agricultura moderna geram poucos empregos no longo prazo, comparadas com o setor de serviços, que desponta já no mundo inteiro como um grande setor alavancador de ocupações no longo prazo; o grande desafio é descobrir no setor de serviços as atividades que têm potencial para gerar emprego e renda. Neste setor, o investimento em educação é absolutamente fundamental.

Sobre política de saúde foi apontado que os muito pobres, tanto no Brasil, quanto no Nordeste, gastam um percentual muito maior de sua renda com medicamentos do que as pessoas mais ricas; e que doenças crônicas e morte são diretamente relacionadas com pobreza, ou seja, filhos de famílias de pessoas muito pobres tendem a ter maior probabilidade de adoecer do que filhos de famílias de pessoas mais ricas; por isso essas pessoas mais pobres acabam gastando mais, relativamente, os seus recursos com medicamentos. Então, uma política pública de combate à desigualdade, no tocante à saúde, seria o reembolso de até 80% dos gastos com medicamentos, nos grupos de menor renda. No caso, os 40% mais pobres da população. Para implementá-la, entretanto, seria necessária a magnitude de R\$ 2 bilhões por ano.

Outras conclusões: é necessário desenhar políticas sociais mais eficazes, focando essas políticas no público-meta, o que conduzirá à redução dos seus custos, atualmente muito elevados; e é preciso combinar crescimento com políticas deliberadas de redução das desigualdades. No debate dessa sessão especial houve uma confluência de idéias: o crescimento econômico é importante, mas também são necessárias políticas para combater diretamente a má-distribuição de renda do País e a pobreza. No caso do Nordeste, essa combinação passa pela implementação de políticas estruturais direcionadas aos ativos mais escassos da Região, citados aqui na sessão especial como sendo: terra, crédito e educação (e também capacitação). Finalmente, foi apontado que uma opção básica para reduzir pobreza é promover os pobres a sujeitos da sua própria ascensão social.

No painel “O Processo de Expansão das Pequenas e Médias Empresas do Nordeste”, as conclusões principais são: a inovação é fundamental para a competitividade e não é atributo próprio de grandes empresas; as pequenas empresas têm grande facilidade e grande vocação para a inovação; o sucesso competitivo deve-se ao padrão de organização interna da cadeia produtiva e ao tipo de mercado a que ela se destina.

Outra conclusão é que o problema fundamental das micro, pequenas e médias empresas é o seu isolamento; para que essas empresas sejam eficientes, é necessário um modelo que as torne competitivas, compartilhando tarefas. É o que se chamou aqui no debate de eficiência coletiva. Por fim, que os *clusters*, que são agrupamentos de pequenas empresas que atuam em conjunto e trocando idéias, nascem de aglomerações que têm como vantagens: especialização, cooperação, eficiência, inovação, flexibilidade, e acesso a insumos e serviços, a mão-de-obra especializada e a mercados.

No terceiro painel, sobre “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural e Urbano”, as conclusões que surgiram apontaram maior descentralização, com maior participação dos municípios na receita tributária, abrindo espaço para maior cobrança por parte da sociedade local na melhor aplicação desses recursos. Foi mencionado que nas reuniões do Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste há um processo de capacitação muito forte, que tem a preocupação de levar informação e conhecimento sobre diversos assuntos; e que o Banco também utiliza várias ações diferenciadas, incluindo: viabilização de ações para infraestrutura, elaboração de estudos e apoio à pesquisa e difusão tecnológica em todas as áreas da região nordestina, inclusive aí a região semi-árida; e fortalecimento da base produtiva da Região com foco no desenvolvimento local. Outras conclusões: houve intensificação de ações do Estado brasileiro como um todo na área social, principalmente na área de previdência; o emprego agrícola caiu nos últimos anos, quando há modernização da agricultura, enquanto a população rural aumenta, porque cresce a ocupação não-agrícola no meio rural; a pluratividade desejada é a combinação da atividade agrícola com a atividade industrial, mas no Nordeste isso não vem ocorrendo com a intensidade desejada; existe uma nova conformação no meio rural, em que o rural e o urbano se entrelaçam; a política ideal para essa nova realidade é a política que estimula o desenvolvimento local.

Senhoras e senhores, estas foram algumas das idéias discutidas; não pretendemos aqui esgotar todas as idéias que foram apresentadas neste rico encontro. O Banco vem priorizando suas parcerias, particularmente com a comunidade acadêmica, para obter maior efetividade em suas ações. Vamos nos empenhar para implementar as ações e recomendações que foram aqui sugeridas, para prestar contas a toda a sociedade no Fórum do próximo ano, quando o Banco do Nordeste completa 50 anos de sua criação. Muito obrigado.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS

Senhoras e senhores, encerrada a primeira avaliação do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e do VI Encontro Regional de Economia, vamos dar início à solenidade de entrega do Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional aos vencedores do concurso, nas categorias universitária e profissional.

O terceiro lugar da categoria universitária coube à tese “Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste”, de Fernanda Ferrário de Carvalho, do curso de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Convidamos ao palco a Sra. Fernanda Ferrário de Carvalho e também o professor José Graziano da Silva, do Instituto de Economia da Unicamp, que fará a entrega do prêmio a que Fernanda fez jus.

(entrega do prêmio)

O segundo lugar foi conquistado pelo estudo de Cláudio André Gondim Nogueira, do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal do Ceará, intitulado “Abertura econômica e reestruturação produtiva na indústria brasileira: uma análise regional (1985-1997)”. Vamos convidar o engenheiro Cláudio Nogueira, pai do André, que está viajando ao exterior, para receber seu prêmio das mãos do Diretor de Estudos Regionais e Urbanos do IPEA, Prof. Gustavo Maia Gomes.

(entrega do prêmio)

O primeiro lugar da categoria universitária do prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional coube ao trabalho “Uma análise de eficiência na provisão de serviços públicos municipais no Estado de Pernambuco”, de Carlos Eduardo Gasparini, do Curso de Mestrado

Nós o convidamos e também o Secretário Executivo da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, Prof. Otaviano Canuto, para entregar-lhe o prêmio.

(entrega do prêmio)

Senhoras e senhores, o Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional chega a seu quinto ano de realização, já tendo se consolidado como referência importante na área de pesquisa regional, dentro do cenário acadêmico nacional e internacional. Este ano foram 83 trabalhos inscritos.

Na categoria profissional, o terceiro lugar coube a dois artigos: “Clubes de convergência entre os municípios de Minas Gerais”, de Luiz Fernando Alves e Rosa Fontes, e “Vantagens comparativas das regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza no contexto regional”, de Mauro Borges Lemos e Maria de Fátima Silveira Ferreira. Ambos os trabalhos vieram do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG). Convidamos os autores para receber sua premiação, a ser entregue pelo chefe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), Éverton Correia.

(entrega do prêmio)

O segundo lugar na categoria profissional foi para o estudo denominado “Incentivos, equilíbrio orçamentário e bem-estar: os efeitos da guerra fiscal”, de Marcus Lima Franco e Paulo de Melo Jorge Neto, do Centro de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFC). Convidamos o economista Osmundo Rebouças, diretor do Banco do Nordeste, para entregar a premiação aos autores.

(entrega do prêmio)

Finalmente, senhoras e senhores, o primeiro lugar da categoria profissional foi para o trabalho intitulado “Crescimento e *spillover*: a localização importa? Evidências para os Estados brasileiros”, de autoria de Raul da Mota Silveira Neto, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas. Convidamos o autor deste trabalho, primeiríssimo colocado, para receber das mãos do presidente Byron Queiroz, do Banco do Nordeste, o prêmio a que fez jus.

(entrega do prêmio)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS

A partir deste momento, damos início à solenidade de encerramento do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e VI Encontro Regional de Economia, sob o tema “Crescimento com Inserção Social”. O evento entra para a história desta Casa e do pensar regional como uma construção coletiva que lança esteios para o futuro.

Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Secretário Executivo da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), Prof. Otaviano Canuto.

OTAVIANO CANUTO

Mais uma vez, a parceria ANPEC-Banco do Nordeste revela êxito nessa iniciativa, que já ocorre pela sexta vez, da realização conjunta dos dois eventos, e acreditamos que, pelo relato sucinto do Dr. Éverton, nós podemos observar a qualidade, a profundidade e o caráter contributivo dos debates que aqui ocorreram. Então, em nome da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), nós agradecemos mais uma vez ao Banco do Nordeste pela oportunidade de participar deste evento conjunto, que esperamos se repita no ano que vem; um ano glorioso, o ano do cinquentenário do Banco. Obrigado.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS

Encerrando esta solenidade, passamos a palavra ao Sr. Presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz.

BYRON QUEIROZ

Caro professor Otaviano Canuto, senhores professores, dirigentes de centros de pós-graduação, senhores acadêmicos que aqui compareceram nesses dois dias, senhores alunos, participantes do evento, demais interessados que aqui também estiveram enriquecendo seus conhecimentos e contribuindo com seu debate, com suas questões, com a crítica, enfim, com a participação proativa; diretores, funcionários, gestores do Banco do Nordeste, demais convidados aqui presentes, senhores representantes de entidades empresariais, a quem saúdo na pessoa do presidente em exercício da Federação das Indústrias, Dr. Humberto Fontenele, prezados amigos.

Creio que uma forma mais sábia de acertarmos sempre, na nossa vida, quer no plano pessoal quer no plano coletivo – sobretudo porque o coletivo está condicionado a como nos comportamos e agimos do ponto de vista pessoal – é dividi-la em dois momentos. O primeiro, quando vamos fazer alguma coisa, fazer um mínimo de reflexão para avaliarmos os objetivos, os resultados, enfim a conseqüência da ação que vamos empreender. O segundo, ter a capacidade de, em cada momento, analisar o que fizemos, corrigir rumos, reciclar, potencializar novas ações, agregar novos valores, para, na etapa seguinte, continuar construindo cada um dos processos que, em todos os planos, temos a responsabilidade de construir como cidadãos e como membros de uma coletividade.

Procurei resgatar aqui a motivação que nos levou, em 1995, a criar o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, para, logo no início de 1996, agregarmos essa parceria tão importante com a ANPEC; e, efetivamente, nessa reflexão, analisando, como eu disse no começo, o que nós pretendíamos e que objetivo esperávamos àquela época.

Com relação ao Fórum, temos aqui, textualmente, as palavras que pronunciamos naquela ocasião: o objetivo do Fórum era “construir um espaço para debates que pudessem trazer soluções inovadoras para o desenvolvimento do País, a partir de uma participação importante da região Nordeste”. Outro motivo foi que este Fórum pudesse “funcionar como suporte às decisões estratégicas e às ações do Banco do Nordeste em benefício do desenvolvimento nacional equilibrado.” Terceira motivação: “proporcionar maior visibilidade e transparência às realizações do Banco na Região, bem como aos efeitos de suas ações, a partir de avaliações sistemáticas por especialistas e pela comunidade, que pudessem, em cada momento, contribuir para o aperfeiçoamento dessas ações.”

No momento seguinte, quando formulamos a parceria, tivemos a oportunidade de, em 1996, já pela conjugação dos dois eventos, dizer que nosso primeiro objetivo era “favorecer a contribuição da comunidade científica para o aperfeiçoamento das políticas públicas do País, em especial aquelas voltadas para o desenvolvimento do Nordeste”.

O segundo ponto: “promover a integração da comunidade científica nacional e internacional com as comunidades técnica e empresarial da Região e do País, contribuindo para o aprimoramento das ações e dos programas de desenvolvimento regional e para as parcerias entre a ciência do saber e a ciência do fazer”. Era o reconhecimento da importância não apenas daquilo que se sabe, mas, acima de tudo, do que se faz com o que se sabe.

Num terceiro ponto, nós dizíamos que precisávamos “favorecer a integração dos diversos centros de pós-graduação do País, tanto dos centros de pós-graduação do Nordeste entre si como de outras regiões e de centros internacionais, mobilizando professores, estudantes, estudiosos, acadêmicos para o estudo das questões relacionadas com o desenvolvimento regional”. E, por fim, procurar formas de incentivar professores e estudantes desses diversos centros e outros acadêmicos e intelectuais interessados, através de premiação, a partir do Banco do Nordeste, de temas que viessem contribuir com sugestões, com críticas, enfim, com indicação de soluções para o desenvolvimento nacional equilibrado, a partir da

Creio que esse exercício está bastante coerente com aquela reflexão inicial que eu fazia. Houve um objetivo, definido seis anos atrás, e estamos a cada ano, sobretudo neste ano de 2001, neste sexto evento conjunto, procurando aperfeiçoar cada vez mais a iniciativa, com qualificação sempre crescente, a partir de uma agenda concreta que se cria a cada ano.

E aí, gera-se efetivamente essa conexão do que se sabe com o que se faz, se as contribuições que existirem no plano acadêmico – seja a partir dos trabalhos apresentados, seja a partir dos debates em cada uma das reuniões e dos grupos de trabalho, seja a partir das críticas, das sugestões, enfim, de todo um conjunto de contribuições ao longo dos eventos – se transformem numa agenda concreta, em que os diversos atores, particularmente o Banco do Nordeste, possam contribuir com sua criatividade, com informação, com conhecimento, para que as oportunidades a partir daí possam se multiplicar.

E cito o Banco do Nordeste não por si só, mas por sua convivência multidisciplinar, integrada e ampla com os diversos segmentos da sociedade, a partir da mobilização conseqüente para o crédito, em que, pela sua função de banco público, ele tem a obrigação efetivamente de tratar do conjunto de dimensões que constituem as bases do desenvolvimento, porque a efetividade do crédito não pode prescindir de saúde e educação, por exemplo. É indispensável que a população seja efetivamente saudável, produtiva, na essência da condição humana, como são indispensáveis também as questões de educação, como elemento fundamental para promover todos os outros estágios de evolução da existência das pessoas, desde o saber mais simples, de uma leitura que facilite a utilização de um instrumento ou de uma técnica, a mais rudimentar que se imagine, até a oportunidade de incorporar, numa escala bastante ascendente, todos os requisitos que culminem com as mais inovadoras tecnologias.

Então, creio que nós estamos no caminho certo. E essa parceria precisa ser cada vez mais aprimorada, porque a complexidade dos nossos dias aconselha que nós não apenas contemplemos o que aconteceu no passado, no âmbito de cada realização, procurando nos gratificar com o que de bom fizemos no ano anterior; mas, acima de tudo, que cada momento desses seja um trampolim para conquistas maiores dentro da complexidade do mundo em que vivemos. Pois não está disponível a nós influir para que ele seja diferente na sua concepção de pano de fundo, na sua concepção macro, mas precisamos, primeiro, ter a condição de mobilizar, como líderes que somos, conscientes e, acima de tudo, capazes, pelo saber que nos foi dada oportunidade de ter acima da maioria, para que esse privilégio não seja contemplativo; e que aquilo que nós não pudermos mudar, aquilo que efetivamente aconteça fora do nosso alcance de mudar a ordem da história, possamos pelo menos atenuar seus efeitos negativos, para que as pessoas tenham sempre a possibilidade de agregar algo a mais no meio da própria crise, no meio de cada momento que possa ser de desânimo.

Então, eu creio que essa contribuição nossa, em conjunto, está na essência do trabalho de uma empresa como o Banco do Nordeste, que não precisaria ser ente público, com repercussão pública, se tivesse a mentalidade de ser apenas um comprador e vendedor de recursos. O Banco do Nordeste tem que ser isto: um mobilizador de condições para construir – com todas essas manifestações a que eu me referi, citando as duas essenciais (saúde e educação), porque daí se desdobram todas as outras – a competitividade que nós precisamos, a partir do empresariamento e da inserção da grande maioria das pessoas, sobretudo aquelas que estão à margem do processo.

E nós só podemos ter esse ambiente de competitividade se tivermos conhecimento e se contemplarmos o mundo globalizado – que não sei se é o que desejávamos, mas que veio e não podemos evitar sua presença, nem todos os seus desdobramentos de fluxo financeiro internacional, de inserção tecnológica, de mercados extremamente entrelaçados etc. – procurando minimizar os efeitos negativos disso inserindo as pessoas no contexto de construir as variáveis para poder o crédito acontecer no ambiente de cada município, de cada distrito, integrado no conceito dos estados, no conceito das mesorregiões, num ambiente com competitividade a partir dessa participação das pessoas.

Então, eu acho que nós estamos fazendo um exercício que não se confunde com academicismo, que não se confunde com um discurso sem consequência, mas se realiza numa agenda de trabalho.

E nós temos que ser bastante corretos para dizer que alcançamos, em nível do Brasil, um estágio importante. Não podemos deixar de reconhecer o grande capital que o Brasil pôde acumular do ponto de vista dos efeitos da transição de um regime inflacionário perverso, do imposto perverso com a população, sobretudo a população mais pobre, à conquista da estabilização, à conquista do processo de incentivo à competitividade, a partir de neutralizar os danos e as distorções que a inflação causava, em que a especulação preponderava sobre a criatividade, sobre o conhecimento, enfim, sobre a competência e sobre os requisitos da própria competitividade.

No caso do Banco do Nordeste, nós temos que reconhecer que tivemos a oportunidade de fazer isso. Temos que fazer justiça ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que foi responsável e líder por esse processo de estabilização, ao longo desse período, e que deu ao Banco do Nordeste a oportunidade de ultrapassar esses cinco ou seis anos de adaptação e de mudança no sistema financeiro nacional se expandindo. O Banco, como o Éverton citou, tem hoje 1.200 mil clientes, mas só tinha 46 mil clientes em 1995. E chamamos cliente não o correntista, não o tomador de cheque especial, não o tomador de cartão de crédito, mas o empreendedor. O Banco tem 1.200 mil tomadores de recursos, que desenvolvem uma atividade, que agregam valor, que produzem algo, um bem, um serviço, em qualquer setor: setor primário, setor secundário, setor terciário, com todas as suas manifestações. É um banco que aplicava, em 1994, só R\$ 600 milhões em um ano, e hoje aplica cerca de R\$ 3 bilhões/ano.

E o Banco conseguiu fazer tudo isso, atravessando aquela época grave, em que o Tesouro era constrangido com todas as crises do processo internacional – a crise da Rússia, a crise da Ásia e depois a crise do câmbio, tudo isso que nós sabemos –, e conseguiu navegar até aqui sendo estimulado com o apoio do Ministro da Fazenda, a partir da orientação do Presidente da República.

E agora, no momento em que as instituições financeiras públicas federais vão ser recicladas (outras já tinham tido oportunidade de receber injeções de capital, o Banco não tinha ainda), estamos como que limpando aquele ônus de um passivo de décadas, de efeitos de todas essas variáveis que contribuíram para que nós colocássemos de forma isolada, entre parênteses, créditos que não puderam ser recuperados ao longo do tempo, e que agora vão ser solucionados a partir da injeção de capital, a partir do enquadramento perante as normas internacionais e do próprio Banco Central, em que vamos separar com bastante nitidez as funções do Banco como agente de políticas públicas, numa nova precificação, e o que for política pública possa ser efetivamente remunerado pelo interesse público, e o que for interesse de mercado, interesse empresarial, que seja cuidado na outra faixa, na área da competitividade do sistema.

Obviamente essas duas coisas se entrelaçam num certo momento, mas significa que a concessão do crédito vai ter a distinção do que é crédito de políticas públicas (por exemplo, reforma agrária, agricultura familiar, formação de setor informal, mediante processos muito fortes de capacitação) e tudo isso tem que ter uma precificação. O Banco não vive de recursos orçamentários, muito menos de recursos a fundo perdido. O Banco é uma empresa que tem que viver de receitas. E se essas receitas são de obrigação ou de responsabilidade dos entes públicos, os entes públicos têm de pagar ao Banco para que esse serviço possa ser prestado, porque a cada prestação de serviço tem que se contrapor uma receita, já que não existe recurso orçamentário.

Agora, do lado da administração dos créditos, do lado dos recursos, sobretudo, para os médios e para os grandes, o critério é o critério da competitividade, da seletividade, de uma boa governança corporativa, tendo em vista os controles, tendo em vista o cuidado na concessão do crédito, que já tem sido uma constante a partir desses anos, mas que precisa ser sempre aperfeiçoada, a cada momento, sobretudo no momento em que fique bem clara e transparente a distinção dessas duas grandes áreas: o que é crédito público, crédito a partir da

remuneração de políticas públicas, e o que é a partir, obviamente, da remuneração das variáveis de mercado.

Eu faço questão de trazer aqui essa abordagem porque ela está presente e tem a ver com a existência do Banco; tem a ver, acima de tudo, com a filosofia de existir ou não existir banco público, e o banco público existe para ser diferenciado, para ter a possibilidade de se preparar para prover essas políticas públicas, porque o momento de concessão do crédito é um momento extremamente importante para que sejam abordadas as questões de competitividade, porque gera a oportunidade orgânica de você ter uma listagem de todos aqueles parâmetros de um ambiente em que você vai atuar – desde, como eu disse, a saúde, a educação, até as variáveis todas que têm a ver com a competitividade: infra-estruturas, tecnologia, capacitação, organização da produção, formação das cadeias produtivas, enfim, tudo aquilo que vai interferir no sucesso dos empreendimentos e da boa gestão do crédito.

Portanto, é imprescindível que, na nossa tese, nessa conexão entre o que se deve fazer com um conjunto de temas tão ricos, tão apropriados, tão válidos como foram os relatados aqui pelo Éverton, a partir do que foi discutido nesses dois dias, tanto no Encontro Regional de Economia como no Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, a gente tenha uma conectividade entre tudo isso e as ações do dia-a-dia, a vida real, a coisa concreta.

Como somos, aqui no Banco do Nordeste, co-partícipes deste evento, nós temos que conclamar e, mais do que isso, mobilizar nossa força de trabalho, os nossos gestores, para o lado prático de tudo isso, para que todas essas questões, que se tornarão macro, nasçam a partir das nossas intervenções do dia-a-dia, do nosso fazer bem feito, da nossa prática efetivamente consentânea com aquilo que é preciso ser executado, e acima de tudo com o exemplo, porque se nós tratamos de competitividade, se nós nos sentamos defronte de um empreendedor, seja ele de qualquer porte, setor ou natureza de atividade, e questionamos se ele é capaz ou não de receber o crédito em face do conjunto de condições que vão gerar o sucesso do seu empreendimento, nós temos que dar o exemplo; nós temos que estar acima dele nas questões ligadas ao Banco, que têm a ver com produtividade, critério, cuidado, inovação; enfim, todos os parâmetros e variáveis que são fatores de questionamento do que é competitividade, do que é expectativa de sucesso frente às variáveis intrínsecas a cada empreendedor.

Portanto, acho que é sempre importante ser ressaltada essa consciência, e eu gostaria de agradecer a presença de todos e parabenizar, mais uma vez, o conjunto de participantes deste encontro, sobretudo os professores, os doutores, os mestres, os alunos, enfim, os que formulam as questões intelectuais que se converterão na prática mais adequada desses desdobramentos a que me referi.

E creio que devemos a partir daqui, sobretudo nesse momento em que as turbulências e incertezas nos atormentam, diante da crise da Argentina, ter a consciência de que estamos muito mais preparados para enfrentá-las. Se formos analisar como nós estávamos no tempo da crise da Rússia, no tempo da crise da Ásia, no tempo da crise do câmbio, no início de 1999, e como nós estamos agora, efetivamente não é um problema da Argentina que pode nos abalar. Mas, acima de tudo, nós temos que fazer com que os problemas da Argentina nem nos afetem, para não ficarmos com a nossa esperança de grandes conquistas comprometida exatamente por causa de uma questão pontual de outro país.

Então, creio que estamos melhores; e, com intervenções como essa, com abordagens como essa, sobretudo com a prática do que se trata nesses encontros, vamos melhorar sempre. Muito obrigado.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS

Senhoras e senhores, está encerrado o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento. Agradecemos a presença de todos os senhores aqui em Fortaleza e também dos nossos convidados nas Superintendências de Salvador, Teresina, Recife e Aracaju. Boa-noite, muito obrigado.